

Editorial

Pedro G. Rodrigues, CAPP, ISCSP, Universidade de Lisboa

Maria João Bárrios, CAPP, ISCSP, Universidade de Lisboa

Feliciano Villar, University of Barcelona

O envelhecimento da população é, sem dúvida, um sinal do avanço civilizacional.

Mesmo assim, este representa um dos maiores desafios para as políticas públicas que a sociedade contemporânea enfrenta. Para além do seu impacto mais evidente sobre a sustentabilidade financeira de longo prazo dos sistemas de proteção social – em particular no que respeita ao pagamento regular e suficiente de pensões – a combinação de uma maior longevidade humana que beneficia cada vez mais pessoas no inativo, por um lado, e de uma baixa taxa de natalidade, com reflexos a prazo no número de ativos, por outra, têm inúmeras implicações multissetoriais, algumas das quais são o foco deste número especial.

Serão vários os desafios que obrigam atores quer do setor público, quer da sociedade civil a uma adaptação ágil, bem coordenada e em tempo útil. Se, por um lado, já se exigem condições e relações de trabalho mais flexíveis para acomodar necessidades emergentes – que o contexto da COVID-19 só veio acicatar – por outro lado, também terão de ser criadas as condições para que quem ainda está no ativo possa ser o mais produtivo possível. No plano da saúde, os serviços de prestação de cuidados terão de ser fortemente adaptados, os ecossistemas habitacionais reconfigurados e a mobilidade fortemente promovida. No domínio cívico, também não poderemos descurar o efetivo exercício da cidadania e da participação em todas as fases da vida – para tal, terão de ser criadas as necessárias condições.

Perante um sustentado amadurecimento das sociedades modernas e uma população idosa cada vez menos homogénea, com percursos e expectativas de vida cada vez mais diferenciadas, estarão as comunidades a responder adequadamente? Serão as políticas públicas já em curso as mais apropriadas, ou, no mínimo, suficientes para enfrentar todos estes desafios? Estas foram as duas principais questões de partida subjacentes ao número temático que aqui se apresenta, que tem por objetivo dar um

pequeno contributo para o debate em curso sobre o que pretende das políticas públicas num contexto de envelhecimento demográfico. Este é um debate que tem de ser plural, envolvendo – para já – tanto os investigadores da academia como os policy makers e os valiosos técnicos que os assessoram, na forma como melhor responder aos desafios elencados. É a todos eles que este número especial se destina.

Como reflexo da multidisciplinidade do tema ‘envelhecimento da população’, a equipa editorial deste número recebeu inúmeras propostas de artigos subordinados a múltiplos temas. Depois de um rigoroso e apertado processo de revisão por pares, os artigos que acabaram por ser selecionados para compor este número versam não apenas uma variedade de desafios, como também uma diversidade de contextos territoriais: incidindo sobre Portugal, França, Alemanha, Itália, e Brasil. Os editores foram, assim, ao encontro da dimensão mundial que o envelhecimento demográfico assume atualmente. Só uma estratégia dessa natureza, com uma abordagem internacional, identificando e refletindo sobre diferentes práticas e preocupações, é capaz de informar as políticas públicas.

Este número especial da revista abre com um artigo de **António Fonseca**, intitulado ‘*Ageing in Place em Portugal*’. Focado em Portugal, recolhe e sistematiza iniciativas locais de como operacionalizar o conceito de ‘Ageing in Place’. A riqueza quer da metodologia usada, quer dos resultados a que chegou, permitem identificar várias boas práticas, devidamente enquadradas nas especificidades territoriais. Esta é uma pesquisa que vai ao encontro das questões de partida deste número, informando os leitores sobre a forma como as comunidades locais em Portugal estão a responder ao desafio de envelhecer no lugar, como é desejo da maioria das pessoas (Daré, 2010). Na área do envelhecimento demográfico, quem decide sobre as políticas públicas tem atualmente à sua disposição não só uma crescente evidência científica, como também uma evolução política a que temos assistido do longo das últimas décadas. Um dos paradigmas que procura atenuar os efeitos nefastos que o processo de envelhecimento demográfico acarreta, encontrando respostas inovadoras e adequadas às necessidades e exigências das pessoas que envelhecem, é o ‘Ageing in Place’. Nele valoriza-se a casa e a comunidade, que são considerados como os lugares privilegiados para se envelhecer, com segurança, independência e autonomia (WHO, 2015). Para além da habitação, o conceito estende-se à comunidade, que é constituída pela família, amigos, vizinhos, congregações associativas e agências prestadoras de serviços (Iecovich, 2014).

O artigo seguinte neste número é da autoria de **Philippe Pitaud** e intitula-se

‘Personnes âgées, technologies numériques et rupture du lien social: risques de l’exclusion ou leurs de l’inclusion?’. A complexidade das questões inerentes ao processo de envelhecimento estende-se aos seus efeitos sobre a participação social. Recorrendo à dicotomia inclusão-exclusão social, podemos analisar esses mesmos efeitos. Estão implicados os recursos pessoais e comunitários que as pessoas têm à sua disposição, favoráveis à articulação do indivíduo às características da sociedade na qual envelhece. Neste sentido, urgem medidas que combatam a exclusão social e que providenciem a cidadania nas idades mais avançadas (Walker, 2002). Esta preocupação é avivada pelo progresso tecnológico das sociedades modernas, que ocorre a uma velocidade difícil de acompanhar pelas pessoas mais velhas, mais desfavorecidas, menos educadas ou menos familiarizadas com as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), pois, como diz Gil (2019: 1), “o facto de os idosos constituírem o maior grupo de cidadãos infoexcluídos, esta realidade irá torná-los socialmente excluídos”.

O artigo de Philippe Pitaud foca-se na sociedade contemporânea francesa, onde se recolheram sinais de agravamento desta desordem no âmbito do isolamento e solidão. É uma pesquisa de investigação-ação visando minorar os efeitos adversos da transição digital na vida social das pessoas mais velhas, refletindo sobre o campo de ação das políticas públicas na exclusão digital dos cidadãos idosos. Este é um artigo que interessa não apenas aos franceses, mas a todos nós, pelas recomendações relativas ao equilíbrio social e aos princípios de justiça social.

Como assegurar o pagamento regular e socialmente suficiente das pensões públicas ao longo das próximas décadas é a questão central à sustentabilidade financeira destes regimes. Em todos os países da OCDE que envelhecem – embora a ritmos diferenciados – coloca-se este desafio, porquanto é esperado um aumento permanente e muito significativo do número de inativos em relação aos ativos numa economia. Isso faz com que seja cada vez mais difícil assegurar o financiamento necessário à manutenção das prestações sociais.

No artigo intitulado *‘Reformas Alemãs das Pensões e do Mercado de Trabalho e o Potencial Aumento da Desigualdade Social Entre Trabalhadores de Idade Mais Avançada e Pensionistas’*, os autores **Moritz Hess**, **Jürgen Bauknecht**, **Gerhard Naegele** e **Philipp Stiemke** focam-se na Alemanha e nas políticas públicas com vista ao aumento da idade efetiva da reforma. Concluem que houve um muito significativo aumento do número de trabalhadores mais velhos, algo que atribuem a vários fatores: i) o bom desempenho do mercado de trabalho no período estudado – ao ponto da

discussão ter passado de como combater o desemprego para como suprir a falta de mão de obra qualificada, ii) uma forte participação das mulheres, e ainda iii) o facto de haver mais trabalhadores saudáveis e mais qualificados do que havia anteriormente. O lado menos positivo é que os trabalhadores menos qualificados e de menor rendimento, por questões de ordem financeira, são virtualmente obrigados a aumentar a idade de reforma, algo que terá agravado a desigualdade social.

Na mesma temática, mas agora direcionada para a idade de reforma em Portugal, com um artigo intitulado '*Retirement Age: One Size Does Not Fit All*', a autora **Margarida Castro Rêgo** recorre a dados do Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (SHARE) para analisar a heterogeneidade nas preferências quanto à idade com que os trabalhadores abandonam o mercado de trabalho. Interessantemente, conclui que, enquanto a reforma adiada está mais ligada a trabalhadores com rendimentos mais elevados, a reforma antecipada (i.e., antes da idade legal de reforma) incide mais em trabalhadores desempregados ou com problemas de saúde. Estes são insights fundamentais para os agentes políticos desenharem políticas públicas mais adequadas a reforçar a sustentabilidade social do sistema público.

No artigo intitulado '*Caring for non-self-sufficient older people in Italy: from a familistic system to the immigrant live-in careworker model*', a autora **Carla Facchini** debruça-se sobre os cuidados prestados a pessoas mais velhas não-autossuficientes. O setor da saúde reúne um dos conjuntos de desafios que mais preocupa as políticas públicas, pelo seu carácter multissetorial e pelo facto de o aumento de anos de vida saudável não ser diretamente proporcional aos ganhos em termos de longevidade. Acresce, ainda, que um maior número de pessoas muito velhas implica um maior número de pessoas com doenças crónicas, mais vulneráveis e mais suscetíveis a situações de incapacidade e de dependência. A par das estratégias de prevenção que previnam ou adiem doenças crónicas associadas à idade, as respostas de prestação de cuidados de longa duração modelizam-se em: i) cuidados formais, relativos a assistência médica e cuidados pessoais de apoio às AVD bem como assistência social e ajuda na realização de AIVD; ii) cuidados informais, com respostas ancoradas na rede informal e solidária, efetivados sobretudo pelos elementos da esfera familiar (OECD, 2018).

Na pesquisa realizada sobre o caso da Itália, Carla Facchini analisa as limitações impostas pela estrutura e configurações familiares na prestação de cuidados aos elementos mais velhos, que levou à transição de um modelo assente no sistema familiar

para um modelo baseado na coresidência de trabalhadores imigrantes cuidadores de idosos (os chamados ‘badanti’). No seu artigo, a autora caracteriza a prestação de cuidados da responsabilidade dos ‘badanti’ e as constrições relativas à efetivação de cuidados domiciliários, nomeadamente a oferta limitada de serviços e subsídios generalizados.

As sociedades europeias estão a envelhecer depressa e as preocupações com as políticas dirigidas ao envelhecimento refletem-se na multiplicidade de análise de problemas sociais e de ordem política. Mas a extensão que o envelhecimento demográfico exhibe faz-se sentir, cada vez mais, noutros pontos geográficos do globo. A encerrar este número temático, **Beltrina Côrte** e **Vera Brandão** apresentam o artigo intitulado *‘Territórios de Fragilidades: Envelhecimento e Políticas Públicas - um projeto de educação continuada’* que é focado na realidade brasileira e espelha a importância da dimensão territorial na análise da problemática e no processo de formulação de políticas. Emergindo da preocupação com os espaços periurbanos caracterizados por carências múltiplas – como, por exemplo, o saneamento básico, a habitação, a acessibilidade, a educação e a saúde – que interferem negativamente na longevidade das populações, o artigo analisa um projeto de educação continuada na cidade de São Paulo. O objetivo desse projeto é melhorar a atuação na rede de serviços sócio assistenciais, que integram a proteção social básica, dirigidos às pessoas mais desfavorecidas. Sendo um resultado de uma parceria entre a UNESCO e a Fundação São Paulo, a natureza do objeto de análise constitui-se relevante no seio da governança e das ações colaborativas, na resposta ao envelhecimento populacional enquanto problema social complexo, de natureza de desorganização social, por resultar de deficiências de um dado sistema social, traduzidas na falta de recursos para fazer face às necessidades sociais (Carmo, 2011). A metodologia aplicada nesse artigo permite um acervo de narrativas que permitem refletir sobre: i) competências e habilidades, desafios e oportunidades dos espaços; ii) compromissos, reconhecimento, dificuldades e conquistas; e, ainda, iii) a atuação de todos os envolvidos na superação dos desafios de vida-trabalho e articulação de saberes.

Em jeito de conclusão, este número especial pretende dar um pequeno contributo na formulação de melhores políticas públicas que sejam efetivas respostas aos múltiplos desafios sociais colocados pelo envelhecimento demográfico que – vale a pena frisar – é um sinal do avanço civilizacional. Se num contexto pré-COVID-19 este já era um problema difícil, agora com a pandemia torna-se ainda mais claro que as sociedades

contemporâneas têm vulnerabilidades que urgem ser colmatadas bem antes de se manifestarem em todo o seu peso. Que este número especial seja mais um estímulo dirigido aos agentes políticos nos diversos níveis para que – de facto – preparem, com tempo (que já começa a escassear) um futuro com maior comodidade e dignidade para os mais velhos, sem descurar a produtividade dos ativos que têm e terão de continuar a criar valor.

Referências

- Carmo, H. (2011). *Teoria da Política Social (Um olhar da Ciência Política)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção Manuais Pedagógicos.
- Daré, A. (2010). *Design Inclusivo: o impacto do ambiente doméstico no utilizador idoso*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Gil, H. (2019). The elderly and the digital inclusion: A brief reference to the initiatives of the European union and Portugal. *MOJ Gerontology & Geriatrics*, 4(6): 213–221.
- Iecovich, E. (2014). Aging in place: From theory to practice. *Anthropological Notebooks*, 20(1), 21–33.
- OECD. (2018). *Accounting and Mapping of Long-term Care Expenditure Under SHA 2011*, Paris: OECD Health Division.
- Walker, A. (2002). Ageing in Europe: policies in harmony or discord? *International Journal of Epidemiology*, 31, 758-761.
- WHO. (2015). *World Report on Ageing and Health*. Luxembourg: World Health Organization. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186463/9789240694811_eng.pdf;jsessionid=3578F988F02A0608C1C85A523AC98808?sequence=1